

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

---

**GESTÃO AUTÁRQUICA E MODERNIZAÇÃO:  
OS NOVOS DESAFIOS DO PODER LOCAL**

**7ª Edição (2018-2019)**

---



**Coordenação: Doutor José Sales**

**Doutor Mário do Carmo**

# Índice

<b>INTRODUÇÃO</b>	3
<b>ENQUADRAMENTO</b>	4
<b>PÚBLICOS-ALVO</b>	5
<b>PRÉ-REQUISITOS DOS FORMANDOS</b>	5
<b>OBJETIVOS</b>	6
<b>COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER</b>	7
<b>ESTRUTURA CURRICULAR E PLANO DE ESTUDOS</b>	8
<b>METODOLOGIA E SISTEMA DE TUTORIA</b>	23
<b>AVALIAÇÃO</b>	24
<b>CANDIDATURAS</b>	24
<b>CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO CURSO</b>	24
<b>COORDENAÇÃO</b>	25
<b>CONTACTOS PARA INFORMAÇÕES</b>	25
<b>CORPO DOCENTE</b>	26
<b>COORDENADORES</b>	26
<b>OUTROS FORMADORES</b>	26

## INTRODUÇÃO

---

Pioneira no ensino superior a distância em Portugal, a Universidade Aberta (UAb), ao longo dos seus 24 anos de existência, tem promovido ações relacionadas com a formação superior e a formação contínua, contribuindo igualmente para a divulgação e a expansão da língua e da cultura portuguesas, com especial relevo nos países e comunidades lusófonos.

A UAb tem procurado, particularmente, incentivar a apropriação e a autoconstrução de saberes, concebendo e lecionando cursos de 1º, 2º e 3º ciclos, formando técnicos e docentes, de acordo com uma assumida filosofia de prestação de serviço público.

Os docentes e investigadores da UAb têm desenvolvido atividades de investigação científica através da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, concebendo e produzindo materiais pedagógicos nas áreas da tecnologia do ensino e da formação a distância e da comunicação educacional multimédia.

A oferta de ações de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) da Universidade Aberta é também suportada na Internet e recorre à plataforma informática Moodle, sendo desenvolvido em regime de ensino a distância online, assíncrono, com tutoria ativa e permanente, nomeadamente através de fóruns de discussão.

O ensino a distância é uma modalidade de ensino-aprendizagem que nasceu no final do século XIX, que a rápida evolução das telecomunicações e da informática veio alterar radicalmente, acrescentando novas e importantes potencialidades que fazem dele o regime de ensino do futuro.

A atual expansão da Internet e da *World Wide Web* (WWW) e o desenvolvimento ainda mais recente dos programas informáticos de gestão do ensino-aprendizagem vieram, de facto, modificar o panorama do ensino a distância, permitindo a criação de espaços virtuais de ensino com designações diversas (centro de ensino virtual, escola virtual, etc.), onde a palavra «virtual» apenas significa que esses espaços não têm implantação e realidade físicas palpáveis.

É no espaço virtual de formação/aprendizagem da UAb que se vai desenvolver o curso de pós-graduação em **Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local**, o qual a seguir se apresenta com maior detalhe.



## ENQUADRAMENTO

---

Numa época dominada pelos princípios da subsidiariedade e da globalização, o desenvolvimento das sociedades e dos territórios exige organizações autárquicas cada vez mais eficazes e prestadoras de serviços qualificados, capazes de responder adequadamente às exigências e expectativas dos cidadãos do século XXI.

A reforma e a modernização do poder local envolvem a proximidade com os cidadãos e a descentralização administrativa. Particularmente, comporta vetores estratégicos destinados a implementar o paradigma de responsabilidade que valoriza a eficiência na afetação de recursos destinados ao desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental das várias regiões do país, cuja implementação deve orientar-se pelo princípio da subsidiariedade, pela descentralização e reforma administrativas, pelo aprofundamento do municipalismo, pelo reforço das competências das Associações de Municípios, e pela promoção da coesão e competitividade territorial.

Com efeito, a rápida alteração dos circuitos de vida dos cidadãos a nível social, económico, tecnológico e político impõe às administrações autárquicas novos desafios e debates sobre as fronteiras que balizam a administração central e local, num momento de grande contenção que o país atravessa e que a todos exige esforço e empenhamento pessoais.

A aprendizagem ao longo da vida, no que respeita às autarquias, proporciona elevados níveis de desempenho e assegura a formação dos seus quadros superiores, dos eleitos, dos gestores autárquicos e dos profissionais que lidam com a administração autárquica, cuja atuação no terreno depende, em muito, da sua formação profissional e tem reflexo direto no contexto social da comunidade em que operam.

Para a comunidade, o desafio inclui a necessidade das autarquias serem ainda mais eficientes e capazes de promover novas políticas municipais e de se adaptarem às exigências de uma sociedade em mutação, por forma a aumentar o seu valor para o público no curto e longo prazos, em relação às suas políticas sectoriais de intervenção local, respondendo à necessidade de profissionais com elevados conhecimentos académicos e científicos, que, por via profissional ou académica, possam ser agentes indutores da inovação do contexto organizacional e práticas de administração.

Posto isto, a pós-graduação em **Gestão Autárquica e Modernização Administrativa: Os Novos Desafios do Poder Local** procura justamente responder às exigências de uma Administração Autárquica cada vez mais atualizada com maior rigor e responsabilização na gestão dos recursos públicos, na difusão do conhecimento, na modernização e reforma administrativas, na qualificação da administração autárquica e no bem-estar da comunidade, no planeamento e gestão do território, na recuperação e reconversão urbanísticas e criteriosa gestão financeira, no direito do ambiente e sustentabilidade ambiental, o património, a ciência e a cultura, a ação social, as novas políticas de integração, que no seu todo constituem preocupações a merecer atenção



prioritária dos responsáveis autárquicos, razões bastantes para lhe dar o devido destaque na definição do plano de estudos da presente pós-graduação.

Neste contexto, a Universidade Aberta, consciente de que também ela, como instituição pública de ensino e formação, tem responsabilidades no desenvolvimento de todas as estratégias que visem melhorar as condições de trabalho e desta forma melhorar a produtividade e a competitividade das autarquias e do poder municipal, organiza e oferece o presente curso, a desenvolver em regime de *e-learning*, na certeza de que ele responderá a uma preocupação crescente das entidades diretamente envolvidas na sua gestão.

## PÚBLICOS-ALVO

---

São destinatários deste curso:

- Autarcas e potenciais candidatos às autarquias, técnicos superiores da Administração Local que aspirem ao exercício de funções dirigentes e necessitem do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais;
- Atuais dirigentes, envolvidos em processos de renovação das suas comissões de serviço, que pretendam desenvolver as suas competências;
- Outros, com especial interesse na gestão das autarquias, que desejem obter vantagem competitiva através do acesso às mais avançadas práticas gestionárias.

## PRÉ-REQUISITOS DOS FORMANDOS

---

Consideram-se importantes fatores de frequência no âmbito deste curso a motivação dos formandos e a sua disponibilidade total para interagir com os formadores na colocação de questões ou dúvidas sobre as matérias e disponibilidade de tempo para estudarem os conteúdos, elaborarem todas as atividades sugeridas e as autoavaliações propostas. Cumulativamente, os formandos devem possuir:

- Habilitações ao nível de licenciatura ou experiência profissional considerada relevante;
- Conhecimentos e prática de informática como utilizadores, em ambiente Windows;
- Conta de correio eletrónico ativa e prática na sua utilização;
- Disponibilidade de cerca de 12-15 horas/ semana para participação nos fóruns de discussão e nos chats; realização de autoestudo dos conteúdos disponibilizados online; cumprimento das tarefas determinadas e elaboração das autoavaliações e avaliações formativas e sumativas.



## OBJETIVOS

---

- Desenvolver competências de formação avançada aos futuros autarcas e profissionais das autarquias nas áreas de administração e do direito autárquico, da gestão dos recursos humanos, gestão pública, contabilidade, ambiente, educação, desporto, gestão financeira, património, ciência e cultura, ação social, proteção civil;
- Formar e capacitar os trabalhadores das autarquias locais através da formação e aperfeiçoamento técnico e científico, com vista a ocupação de cargos especializados de gestão pública e administração autárquica;
- Promover a excelência da formação avançada em modernização administrativa, face aos novos desafios e competências do poder local.

## COMPETÊNCIAS A DESENVOLVER

---

No final da ação de formação, os formandos devem ter adquirido conhecimentos e desenvolvido capacidades que os habilitem a:

- Desenvolver as capacidades de gestão e de liderança autárquica necessárias aos novos contextos de modernização administrativa em que as autarquias se inserem;
- Mobilizar os conhecimentos relativos aos instrumentos teóricos e metodológicos necessários para o desempenho das funções de autarcas;
- Identificar e utilizar instrumentos tecnológicos e técnicos necessários para uma administração e gestão autárquica eficiente e moderna;
- Elaborar e utilizar instrumentos diversificados para o desempenho das suas funções profissionais;
- Desenvolver uma atitude crítica de reflexão pessoal e profissional conducente a um processo de autoformação que se enquadre numa perspetiva de gestão e aperfeiçoamento profissional permanente;
- Adquirir competência para o exercício de funções de liderança, como autodisciplina, espírito de iniciativa, gestão de conflitos, gestão dos recursos humanos;
- Adquirir competência para o exercício de funções nas áreas de administração e do direito das Autarquias Locais, da gestão dos recursos humanos, gestão pública, contabilidade, ambiente, educação, desporto, gestão financeira, património, ciência e cultura, ação social, proteção civil, numa ótica de especialização na administração autárquica.



## ESTRUTURA CURRICULAR E PLANO DE ESTUDOS

1º Semestre		2º Semestre	
Unidades Curriculares	Horas/ECTS	Unidades Curriculares	Horas/ECTS
Municipalismo e Poder Local	195/7,5	Regime Jurídico das Autarquias Locais	195/7,5
Finanças e Contabilidade para as Autarquias Locais	195/7,5	Educação, Cultura e Desporto	195/7,5
Sistema de Normalização Contabilístico da Administração Autárquica	195/7,5	Gestão de Recursos Humanos e Liderança	195/7,5
Modernização Administrativa	195/7,5	Ordenamento do Território, Planeamento e Sustentabilidade	195/7,5
<b>Total</b>	<b>780/30</b>	<b>Total</b>	<b>780/30</b>

O Curso de **Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local** (60 ECTS) está estruturado em dois semestres letivos com 8 unidades curriculares (UC) obrigatórias, precedidas do módulo Integração e Ambientação ao Contexto do E-Learning, com os conteúdos específicos que a seguir se indicam.

O formando deve frequentar as 4 UC obrigatórias, para cada semestre, a fim de perfazer um total de 8 UC, ou seja, 60 ECTS. Cada UC tem o mesmo valor em horas de trabalho/ ECTS (195 horas/ 7,5 ECTS), que perfaz o total de 780 horas.





## Módulo: Integração e Ambientação ao Contexto do E-Learning (16 horas)

---

Formador: **Mário do Carmo**

### SINOPSE:

O módulo de **Integração e Ambientação ao Contexto do E-Learning** tem por objetivo a socialização dos participantes e a criação de “um grupo” de trabalho, a familiarização com a utilização do software de gestão do curso, de forma a se adquirirem as competências necessárias à exploração eficaz de todas as suas funcionalidades de intercomunicação, em especial as assíncronas, necessárias à frequência do curso.

Neste módulo será explicada e treinada a forma como pesquisar “depressa e bem” informação na Web e será pedido aos participantes a procura (na Web) de informação relevante sobre os temas que constituem as matérias do curso. Os alunos da Universidade Aberta ficam dispensados da frequência deste módulo.

## 1º SEMESTRE: UNIDADES CURRICULARES

---

### UC - Municipalismo e Poder Local (7,5 ECTS)

---

Formador: **Mário do Carmo**

### SINOPSE:

O poder local foi, não raras vezes, competente para realizar obras públicas que transcendia a capacidade das estruturas administrativas locais e as diversas formas de representação jurídico-formal das comunidades locais. Neste contexto, esta unidade curricular procura situar o poder municipal e local no contexto da evolução dos normativos jurídicos e administrativos que o foram configurando ao longo do tempo, atendendo a que, um e outro, constituíram, sempre, a expressão de processos de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que ocorreram em Portugal.

A Historiografia municipal para os Tempos Modernos sofrerá no pós 25 de Abril de 1974 um singular desenvolvimento em relação com a emergência da figura do poder local no nosso ordenamento político-administrativo revolucionário – que rompe com o conceito vindo do Estado Novo da administração local autárquica – e também com o seu particular desenvolvimento assente na mobilização social e política de que foi alvo, permitida e sustentada pelos três novos pilares constitutivos do seu desenvolvimento: a lei da autonomia, das finanças locais e da separação dos setores.

### COMPETÊNCIAS:

**Com esta UC pretende-se capacitar os formandos para:**

---



Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local

- Interpretar o conceito de poder local;
- Elaborar uma visão historiográfica sobre o municipalismo, a sociedade local e os seus protagonistas;
- Avaliar o papel dos municípios e da construção dos diferentes modelos políticos de intervenção ao longo do processo histórico;
- Desenvolver uma atitude crítica de reflexão (pessoal e profissional) conducente a um processo de autoformação que se enquadre numa perspetiva de gestão e aperfeiçoamento profissional permanente;
- Conhecer a composição do poder local democrático.

## CONTEÚDOS

### 1. Evolução do Poder Local: Dos Forais ao Liberalismo

- 1.1. A Sociedade Local e os seus Protagonistas
- 1.2. O Central, o Local e o Inexistente Regional
- 1.3. O Espaço Político e Social Local

### 2. Do Liberalismo ao Estado Novo

- 2.1. Os Municípios no Liberalismo Monárquico Constitucional
- 2.2. A República e os Municípios
- 2.3. O Estado Novo e os Municípios Corporativos

### 3. O 25 de Abril e a Rutura com os Municípios Corporativos

### 4. A Construção do Poder Local Democrático (1974-2015)

### 5. A Reforma do Poder Local

- 5.1. As Comunidades Intermunicipais
- 5.2. Novos Instrumentos de Gestão
- 5.3. Compromissos e Pagamentos em Atraso

## BIBLIOGRAFIA:

**BILHIM**, João (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*, Sociedade Portuguesa de Inovação, Coleção Inovação e Governação nas Autarquias, Porto.

**CARMO**, Mário do (2013). *Súmula das lições sobre Municipalismo e Poder Local*, Vol. I;II;III;IV, Lisboa.

**COELHO**, Maria Helena da Cruz; **MAGALHÃES**, Joaquim Romero, coautor, (2008). *O Poder Concelhio: Das Origens Às Artes Constituintes: Notas da História Social*, 2ª ed. Rev., Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica.



**SANTOS**, António Pedro Ribeiro (1999). *A Administração Autárquica no Constitucionalismo Português*, in Estudos em Homenagem a Joaquim M. Da Silva Cunha.

**CAETANO**, Marcello (1990). *Manual de Direito Administrativo*. Coimbra, Almedina.

**HERCULANO**, Alexandre (1987). *História de Portugal, vol. I a VI*, Círculo de Leitores, Lisboa.

**CUNHA**, Mafalda Soares da (2005). *Os Municípios No Portugal Moderno: Dos Forais Manuelinos Às Reformas Liberais*, ed. Lita, Lisboa: Colibri; Évora: CIDES, EU, Biblioteca: estudos & colóquios; 10.

**OLIVEIRA**, César, Dir. Monteiro, Nuno Gonçalo (1996). *História dos Municípios e do Poder Local: Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, Edição Circulo de Leitores, Lisboa.

\* Na plataforma, será fornecida documentação complementar

## UC - Finanças e Contabilidade para as Autarquias Locais (7,5 ECTS)

---

**Formador: Vasco Leite**

### SINOPSE:

A Administração Local é um dos subsetores das Administrações Públicas com normas financeiras, orçamentais, contabilísticas e de prestação de contas específicas, pese embora num quadro de articulação ao nível dos objetivos que se colocam ao país em termos de défice e de dívida pública, quanto às primeiras, e a consistência com o Plano Oficial de Contabilidade Pública, relativamente às normas contabilísticas e de prestação de contas.

Com a publicação, em setembro de 2013, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, novos processos de planeamento financeiro, como a necessidade de coordenação financeira dos diferentes subsetores das Administrações Públicas e a elaboração do Quadro Plurianual Municipal, e contabilísticos, com a consagração do conceito de controlo para efeitos de consolidação de contas, salientam a necessidade de adquirir competências nestes domínios.

Neste contexto, com a presente unidade curricular, pretende-se ilustrar o atual processo orçamental das autarquias locais, desde o planeamento financeiro, orçamento, execução, até à prestação de contas e auditoria.

### COMPETÊNCIAS:

**Com esta UC pretende-se capacitar os formandos para:**

---

- Conhecer o enquadramento financeiro da Administração Local nas Administrações Públicas;
- Compreender as regras e princípios orçamentais aplicáveis à Administração Local;



Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local

- Saber as etapas do processo orçamental nas autarquias locais;
- Compreender o processo de reforma da contabilidade pública em curso;
- Saber os objetivos e o processo de preparação de informação orçamental e financeira consolidada

#### CONTEÚDOS:

### 1. Administração Central e Local

### 2. Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais

2.1. Conceitos

2.2. Princípios

2.3. O processo orçamental

### 3. O setor empresarial local

### 4. Consolidação de Contas

### 5. Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas

#### BIBLIOGRAFIA

Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas-AECA (2001), *La Contabilidad de Gestión en las Entidades Públicas*.

BERGER, T. (2012), *IPSAS Explained*, Second Edition, Wiley/Ernst & Young.

CARVALHO, J. (coord.), M. Fernandes, P. Camões e S. Jorge (2014), *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses – 2013*, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.

Comissão Europeia (2013), *A Adequação das EPSAS para os Estados-Membros*.

[http://ec.europa.eu/eurostat/documents/10186/752716/EPSAS\\_consultation\\_paper\\_PT.pdf](http://ec.europa.eu/eurostat/documents/10186/752716/EPSAS_consultation_paper_PT.pdf)

MAFRA, J. (2013), “O Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais – a Função de Fiscalização”, *Revisores e Auditores*, Julho-setembro.

Tribunal de Contas (2001), *Instruções n.º 1/2001 – Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais*, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001, publicada na 2.ª Série do Diário da República de 18 de agosto.

Idem (2013), *Resolução n.º 26/2013 - Alteração à Resolução n.º 4/2001*, publicada na 2.ª Série do Diário da República de 21 de novembro.



Idem (2013), *Instruções n.º 1/2013 – 2ª Secção – Organização e documentação das contas das empresas locais*.

Idem (2014), *Resolução n.º 2/2014 – Prestação de contas ao Tribunal relativas ao ano de 2014 e gerências partidas de 2015*.

## UC - Sistema de Normalização Contabilística da Administração Autárquica

---

**Formadora: Susana Silva**

### SINOPSE:

A aprovação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e posteriormente do Plano oficial de contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL-1999) incorporou uma profunda mudança no modelo contabilístico até então adotado. Porém, a adaptação à *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) só se concretiza, em Portugal, com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), recomendado pelo Decreto-Lei n.º 134/2012, de 9 de junho, e por influência da diretiva 2011/85/UE do Conselho da União Europeia que refere, que, “a existência de práticas de contabilidade pública exaustivas e fiáveis em todos os subsectores da administração pública constitui um pré-requisito para a elaboração de estatísticas de elevada qualidade que sejam comparáveis entre os Estados-Membros”.

Desta forma, o objetivo central desta unidade curricular consiste em proporcionar aos formandos o estudo aprofundado dos principais marcos históricos da contabilidade pública em Portugal até aos dias de hoje. Neste sentido, será dado especial destaque ao sistema de contabilidade orçamental e financeiro.

### COMPETÊNCIAS

**Com esta UC pretende-se capacitar os formandos para:**

---

- Conhecer o atual sistema contabilístico (POCAL) e o novo Sistema de Normalização Contabilístico a ser implementado pelas Autarquias Locais, na ótica orçamental e financeira;
- Abordar o sistema de controlo interno, dada a sua importância nas Entidades Públicas e a transparência e a *accountability* na administração Pública, com especial destaque para a Administração Local.
- Compreender os fundamentos, enquadramento e objetivos do novo Sistema de Normalização Contabilístico a ser implementado pelas Autarquias Locais;
- Assimilar os conceitos da contabilidade na ótica orçamental, quer quanto aos documentos previsionais, quer quanto á execução do orçamento; os conceitos da ótica financeira, nomeadamente quanto á adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Pública e compreender os diferentes momentos de prestação de contas e documentos de suporte;
- Aprender as regras e procedimentos de controlo interno obrigatórios.



## CONTEÚDOS

### 1. Evolução da Contabilidade das Autarquias Locais

- 1.1. Principais marcos históricos: até ao POCAL e Novo sistema
- 1.2. Objetivos e características do Novo Sistema de Normalização Contabilístico

### 2. Registos de Escrituração Orçamental

- 2.1. Os documentos previsionais
- 2.2. Contabilização do orçamento de despesa e receita

### 3. Informação Financeira Pública

- 3.1. Normas internacionais de contabilidade pública: alguns conceitos
- 3.2. Aspetos contabilísticos

### 4. Controlo Interno

- 4.1. A obrigatoriedade do sistema de controlo interno
- 4.2. Definição e objetivos do controlo Interno
- 4.3. Princípios gerais de controlo interno
- 4.4. Limitações do controlo interno
- 4.5. Métodos e procedimentos de controlo interno: área de disponibilidades, terceiros, imobilizações, existências, compras e vendas de bens e serviços

### 5. Transparência e *Accountability* na Administração Local

#### BIBLIOGRAFIA:

BERNARDES, A. F. (2001). *Contabilidade pública e autárquica – POCP e POCAL*, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra.

CARVALHO, João Baptista; CAIADO, António Pires; SILVEIRA, Olga Cristina. (2007). *Casos práticos de contabilidade pública*; áreas editora.

CARVALHO, João Baptista, RUA, Susana. (2006). *Contabilidade pública - estrutura conceptual*. Editora publisher Team.

CARVALHO, J.; FERNANDES, M. J.; TEIXEIRA, A. (2006). *POCAL. Comentado*. Lisboa. Rei dos livros.

CARVALHO, J.; FERNANDES, M. J.; CAMÕES, P.; JORGE, S. (2012). *Anuário financeiro dos municípios portugueses-2010*, edição própria. Publicação da câmara dos técnicos oficiais de contas (OTOC). Fevereiro. ISSN, 2182-5564.



Comissão Europeia (2013). Relatório da comissão ao conselho e ao parlamento europeu relativo à aplicação de normas de contabilidade harmonizadas do setor público nos Estados-Membros. A adequação das IPSAS para os Estados-Membros. Disponível em:

[http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ipex.eu%2FIPEXL-WEB%2Fdossier%2Ffiles%2Fdownload%2F082dbcc53b70d21c013d3f4ede6a4f1b.do&ei=LcRDVfDmHcr5UOPlgfF&usg=AFQjCNFOD0-hh8MVvj\\_uMMdMOu9EFUxkWw](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0CCQQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ipex.eu%2FIPEXL-WEB%2Fdossier%2Ffiles%2Fdownload%2F082dbcc53b70d21c013d3f4ede6a4f1b.do&ei=LcRDVfDmHcr5UOPlgfF&usg=AFQjCNFOD0-hh8MVvj_uMMdMOu9EFUxkWw)

Comissão de Normalização Contabilística (2013). *Comité de Normalização Contabilística Público - CNCP. Normas orientadoras para o sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas (SNC- AP) Comité*. Disponível em:

[http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/docs\\_originais/Linhas\\_Orientadoras\\_SNCAP.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/docs_originais/Linhas_Orientadoras_SNCAP.pdf)

Diretiva n.º 2011/85/UE, do Conselho de 8 de novembro de 2011, que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados-Membros.

FERNANDES, M. J. Silva (2009). « Developments in Public Accounting in Portugal». *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, (11), 155-188.

EUROTAST (2012). Public consultation paper *Document accompanying the public consultation on the suitability of the international Public Sector Accounting Standards for EU Member States*. Disponível em: [http://ec.europa.eu/eurostat/documents/10186/752720/IPSAS\\_stakeholders\\_consultation\\_paper.pdf](http://ec.europa.eu/eurostat/documents/10186/752720/IPSAS_stakeholders_consultation_paper.pdf)

GOMES, P. S., FERNANDES, M. J., & CARVALHO, J. B. D. C. (2015). « The International Harmonization Process of Public Sector Accounting in Portugal: The Perspective of Different Stakeholders». *International Journal of Public Administration*, 38 (4), 268-281.

ROJE, G., Vašiček, D., & Vašiček, V. (2010). Accounting regulation and IPSAS implementation: Efforts of transition countries toward IPSAS compliance. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 6(12), 1.

TOUDAS K., Poutos, E., & Balios, D. (2013). Concept, Regulations and Institutional Issues of IPSAS: a critical review. *European Journal of Business and Social Sciences*, 2(1), 43-54.

## UC - Modernização Administrativa (7,5 ECTS)

---

Formador: Pedro Nunes

### SINOPSE:

O advento do Estado Social fez com que as exigências e pressões do cidadão para com o Estado e Administração aumentassem constantemente ao longo das últimas décadas, exigindo-se cada vez mais e melhores serviços públicos.



Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local

Por esta razão, mas também devido à escassez de recursos, a reforma e a modernização administrativa têm sido uma preocupação constante dos sucessivos governos, sejam eles nacionais, internacionais ou “supranacionais”.

Estes dois conceitos (Reforma e Modernização) têm sido, erradamente, apresentados como sinónimos (Caiden, 1969) pelo que importa, neste módulo, clarificá-los no âmbito da evolução dos modelos de Administração, em particular, no âmbito do modelo Burocrático, da Teoria da Escolha Pública (Downs, 1957), do *New Public Management* (Hood, 1991) e do *New Public Service* (Denhardt, 2003).

Com esta unidade curricular pretende-se contextualizar as opções de reforma administrativa, no espaço e no tempo, e promover a adoção de medidas que fomentem a modernização da administração pública portuguesa atendendo, por um lado, à sua realidade específica e, por outro, ao desenvolvimento das democracias contemporâneas que dão particular relevo a uma cidadania mais ativa e participativa na resposta às necessidades sentidas coletivamente.

#### **COMPETÊNCIAS:**

##### **Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:**

---

- Compreender a evolução, no tempo e no espaço, dos modelos de Administração Pública;
- Compreender as reformas da Administração Pública e os seus fundamentos;
- Intervir ativamente na modernização administrativa de serviços públicos;
- Adequar a prestação de serviços públicos às exigências das democracias contemporâneas;
- Apreciar, de forma crítica, o desenvolvimento e aplicação dos conceitos de cidadania ativa e participação pública nas diferentes tipologias de Administração.

#### **CONTEÚDOS:**

- 1. Evolução dos Modelos de Administração (Burocracia, New Public Management, New Public Service, Governance).**
- 2. Modernização Administrativa VS Reforma Administrativa.**
- 3. Projetos de Modernização Administrativa e Reforma da A.P. portuguesa.**
- 4. Tipologias de Participação Pública.**
- 5. Princípios e Pressupostos para o Exercício de uma Cidadania Ativa.**

#### **BIBLIOGRAFIA:**

BILHIM, João (2010), *Ciência da Administração*, Universidade Aberta, 300 p.



Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local



FERRAZ, David & MADUREIRA, César (2010) *As configurações Político-Administrativas e a Seleção de dirigentes: o caso da administração pública portuguesa*, Sociologia, Problemas e Práticas, ISCTE-IUL

MOZZICAFREDDO, Juan & Gomes, João Salis (orgs.) (2011), *Projectos de Inovação na Gestão Pública*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, 443p.

SECCHI, Leonardo (2009), *Modelos organizacionais e reformas da administração pública – RAP*, 43 (2):347-69, Mar./Abr.

## 2º SEMESTRE: UNIDADES CURRICULARES

---

### UC - Regime Jurídico das Autarquias Locais (7,5 ECTS)

---

Formador: José Fontes

#### SINOPSE:

Estudo aprofundado sobre o regime jurídico das autarquias locais e os princípios estruturantes da sua organização administrativa. Análise sobre as várias formas de fiscalização da atividade autárquica.

#### COMPETÊNCIAS:

**Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:**

---

- Capacitar os formandos para aquisição de conhecimento sobre a organização e a atividade autárquica portuguesa.

#### CONTEÚDOS:

- 1. O Direito Autárquico: enquadramento geral**
  - 1.1. A Constituição e as autarquias locais
  - 1.2. Os principais diplomas legais reguladores da atividade autárquica
- 2. A Organização Administrativa do Estado**
  - 2.1. A organização administrativa das autarquias locais
  - 2.2. Novas formas de Organização Local
  - 2.3. A Reforma do Poder Local
- 3. A Tutela Administrativa**
- 4. O Tribunal de Contas**



Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local

## BIBLIOGRAFIA:

AMARAL, Diogo Feitas do (2006), *Curso de Direito Administrativo*. 2ª ed., 11ª reimpressão, Coimbra: Almedina.

FOLQUE, André (2004), *A Tutela Administrativa nas relações entre o Estado e os Municípios (condicionalismos constitucionais)*. Coimbra Editora.

FONTES, José (2006), *Curso Sobre o Código do Procedimento Administrativo*. Coimbra: Coimbra Editora

## UC - Educação, Cultura e Desporto (7,5 ECTS)

---

**Formador: Mário do Carmo**

### SINOPSE:

O potencial humano é a principal riqueza das autarquias porquanto determina as suas capacidades de desenvolvimento atual e futuro. Dois fatores são fundamentais para o potencial humano de qualquer sociedade: educação e saúde, os quais são também complementares, pois uma população educada está em condições de ter comportamentos de vida mais saudáveis. Neste âmbito, o desporto desempenha um papel muito importante, porque favorece simultaneamente a saúde e a educação, facto consubstanciado pela máxima romana “mente sã em corpo sã”.

Nesta perspetiva, educação e desporto devem constituir preocupações políticas não apenas para as crianças e jovens, mas, também, para toda a população, devendo destacar-se os munícipes mais idosos dado o atual processo de envelhecimento da população portuguesa.

Uma forma de promoção desses estratos da população numa vida ativa é concretizada pela cultura que constitui, hoje, um sector que cria riqueza designadamente através do turismo cultural, pelo que pode ser um contributo essencial para o financiamento das autarquias. Teremos, assim, um ciclo político virtuoso, cuja eficácia depende da objetividade e qualidade de um planeamento estratégico integrado, partindo do diagnóstico sobre as seguintes variáveis: caracterização da população nas suas diversas vertentes, em particular grupos etários; qualificações, atividade económica e comportamentos saudáveis, incluindo a prática de atividades de desporto; o património material e imaterial e sua localização territorial. Com base no diagnóstico, devem ser estabelecidos objetivos estratégicos, tomando em consideração os condicionantes de ordem legal e financeira e identificando os agentes a mobilizar assim como as possíveis parcerias público-privadas, incluindo nestas últimas as ONG.

### COMPETÊNCIAS:

**Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:**

---

Identificar a informação relevante destinada a elaborar um diagnóstico sobre as necessidades da população e as possibilidades de desenvolvimento do capital humano do Município;



Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local

- Efetuar o levantamento das potencialidades de desenvolvimento cultural e turístico do Município;
- Elaborar um plano integrado de desenvolvimento cultural e turístico do Município assente na mobilização do seu potencial humano e dos agentes locais de desenvolvimento.

#### CONTEÚDOS:

1. Desenvolvimento Local na Sociedade do Conhecimento.
2. Potencial Humano e Desenvolvimento Sustentável.
3. As Autarquias na Construção do Novo Paradigma da Educação.
4. A Cultura como Fator determinante no Desenvolvimento Local.
5. Planeamento Estratégico com Base Territorial.
6. Elaboração de Projetos de Dinamização Cultural e Turística com Base Territorial.

#### BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO, Amâncio; CARVALHO, Graça Simões (2006) *Educação para a saúde, conceitos, práticas e formação*, Lusociência.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (2010-2015). *Estratégia Nacional de Educação para o desenvolvimento sustentável*.

Disponível em <http://www.plataformaongd.pt/conteudos/File/Grupo%20ED/Ened-final.pdf>

Lei de Bases da Educação.

MAGALHÃES, Justino (2007). *A História da Educação em Portugal*, Edições ASA.

MAFRA, Francisco; SILVA, J. Amado (2004). *Planeamento e Gestão do Território*, SPI, Coleção Inovação e Governança nas Autarquias, Princípia, Publicações Universitárias e Científica.

PACHECO, Florinda Maria Coelho (2006). *A gestão de conflitos na escola a mediação como alternativa*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Educacional, Universidade Aberta, Lisboa. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/666/1/LC209.pdf>

SILVA, Paula Cristina Carvalho da (2014). *Igualdade de Género nas Autarquias Locais: Formação de Mainstreaming de Género – Um Estudo de Caso*, Dissertação de Mestrado em Sociologia: Políticas Locais e Descentralização, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre, Universidade de Coimbra.

Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27512/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Material a disponibilizar online.



## UC - Gestão de Recursos Humanos e Liderança (7,5 ECTS)

---

**Formador: Nuno Cunha Rolo**

### **SINOPSE:**

Os recursos humanos constituem um fator crítico para o sucesso do desempenho e sustentabilidade de qualquer organização. No atual contexto construtivo da despesa e investimento públicos, aos serviços e organismos públicos e locais exigem-se maximização e valorização dos seus recursos para o enfrentar. Daí que o domínio das *qualidades* e *processos* dos recursos humanos e da sua gestão e liderança constituam fatores críticos de sucesso na superação dos problemas e na efetivação das soluções ao alcance das organizações públicas locais.

De facto, as organizações socialmente reconhecidas são as que investem e levam a sério o desenvolvimento das competências coletivas e individuais dos ativos humanos em coerência com a visão, estratégia e contexto da organização, sem a qual prejudica seriamente a eficácia, qualidade e eficiência da organização, bem como os corolários psicológicos e relacionais do desempenho das pessoas.

Esta unidade curricular pretende, também, dar a conhecer perspetivas, instrumentos e ferramentas atuais para a resolução e superação destes constrangimentos e contextos atuais da gestão dos recursos humanos e da liderança nas organizações públicas locais, desde as áreas administrativas e processuais, às de desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais, incluindo *case studies* e boas práticas, ambos orientados para as melhores abordagens, decisões e implementações da gestão pública de pessoas.

### **COMPETÊNCIAS:**

#### **Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:**

---

- Adquirir conhecimentos e competência para o exercício de funções de liderança e gestão de recursos humanos;
- Reconhecer e assimilar o papel, desafios e boas práticas da gestão dos recursos humanos e da liderança no atual contexto constrito e organizacional, nomeadamente da administração pública local;
- Desenvolver capacidades de interpretação e protagonização das decisões e demais ações e funções da gestão e liderança de recursos humanos;
- Refletir sobre os saberes e abordagens adequadas e atuais à liderança pública, considerando os atores e processos complexos, dinâmicos e decisivos para o excelente desempenho das organizações, dirigentes e demais trabalhadores no âmbito, sobretudo, da administração pública local.

### **CONTEÚDOS:**

1. Da gestão de pessoal à gestão de recursos humanos.
2. Gestão de recursos humanos na administração pública local.



3. Desafios e boas práticas na gestão pública de pessoas e na administração pública local.
4. Teorias e estilos de liderança.
5. Liderança pública e Liderança na administração pública local.
6. Desafios e boas práticas na liderança pública e na liderança da administração pública local.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

**BILHIM**, João (2011), *Questões Actuais de Gestão Estratégica de Recursos Humanos*, 2.ª ed., Lisboa, ISCSP.

**BILHIM**, João (2009), *Gestão Estratégica de Recursos Humanos*, 4.ª ed., Lisboa, ISCSP.

**CAETANO**, António, **VALA**, Jorge (2007), *Gestão de Recursos Humanos - Contextos, Processos, Técnicas*, 3ª ed., RH Editores.

**CONDREY**, Stephen E. (coord.) (2010), *Handbook of Human Resource Management in Government*, 3.ª ed., Jossey-Bass Pub.

**CUNHA**, Miguel Pina e, **REGO**, Arménio, **CAMPOS** e Cunha, Rita, **CARDOSO C.**, Carlos (2010), *Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano*, 2ª ed., Editora Sílabo.

**DOMINGUES**, Leonel Henriques (2003), *A Gestão de Recursos Humanos e o Desenvolvimento Social das Empresas*, Lisboa, ISCSP.

**FRENCH**, P. Edward e Doug Goodman (2012), “An Assessment of the Current and Future State of Human Resource Management at the Local Government Level, in *Review of Public Personnel Administration*, 32(1) 62–74.

**KELLOUGH**, J. E., e Nigro, L. G. (2006), *Civil Service Reform In The States: Personnel Policy And Politics At The Subnational Level*, Albany, NY: SUNY Press.

**LONGO**, Francisco (2008), “Managing public reforms effectively: A strategic change management approach”, in F. Longo e D. Cristofoli (eds.), *Strategic change management in the public sector* (pp. 1-20.), Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

**OCDE** (2011), *Public Sector Leadership for the 21st Century*, OCDE.

**PERRY**, James L., Engbers, T., e Jun, S. Y. (2009), “Back to the future? Performance-related pay, empirical research, and the perils of persistence”, in *Public Administration Review*, 69, 39-51.

**ROLO**, Nuno Cunha (2010), *Modelos de Administração e Reforma da Gestão de Recursos Humanos*, dissertação, ISCTE-IUL.

**ROOM**, Victor H. (1997), *Gestão de Pessoas, Não de Pessoal*, 12.ª ed., Editora Campus.



SOUSA, Maria José (2006), *Gestão de Recursos Humanos: Métodos e Práticas*, Lisboa, Lidel.

STEIJN, Bram (2002), "HRM In The Public Sector: A Neglected Subject", in Human Resources Management Working Party Meeting, Paris, OECD.

\* Na plataforma, será fornecida, documentação complementar

## UC - Ordenamento do Território, Planeamento e Sustentabilidade (7,5 ECTS)

---

**Formadores: Jorge Trindade/Pedro Pereira**

### SINOPSE:

Nesta Unidade Curricular pretende-se apresentar os conceitos, os instrumentos e as variáveis fundamentais em ordenamento do território que podem ser utilizados no âmbito da gestão para a sustentabilidade. Pretende-se ainda demonstrar que o ordenamento do território e o ambiente são complementares, devendo atuar em simultâneo como ações conjugadas, não substituíveis e muito menos antagónicas ou em conflito. É dado especial ênfase aos instrumentos voluntários de planeamento que tenham em vista a longo prazo a sustentabilidade, como seja, por exemplo, a Agenda XXI Local e os sistemas de indicadores de avaliação e comunicação da sustentabilidade local. Também serão abordados os principais riscos naturais como fator fundamental no processo de ordenamento do território, e o processo de participação pública em ordenamento do território.

### COMPETÊNCIAS:

**Com esta unidade curricular pretende-se capacitar os formandos para:**

---

- Conhecer os principais conceitos associados ao ordenamento do território e planeamento, as metodologias e técnicas associadas;
- Identificar, aplicar e integrar os instrumentos fundamentais em ordenamento do território dando especial ênfase à sua integração com o ambiente numa perspetiva de sustentabilidade.

### CONTEÚDOS:

1. Principais conceitos em Ordenamento do Território, planeamento e sustentabilidade.
2. Instrumentos e políticas de gestão territorial.
3. Agenda XXI Local.
4. Processo de Participação Pública em Ordenamento do Território.
5. Gestão de Riscos Naturais (movimentos de massa, cheias e perigos costeiros) e sua ligação com o ordenamento do território.
6. Indicadores e Comunicação da Sustentabilidade Local.



Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local

## BIBLIOGRAFIA:

DGOTDU (2000). *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 local*. Tradução e edição portuguesa publicada por Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

OREA, D. G. (1994). *Ordenación del Territorio - Una Aproximación desde el Medio Físico*. Editorial Agrícola Española y Instituto Tecnológico Geominero de España. 1ª Edición.

PARTIDÁRIO, M. R. (2000). *Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano*. Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

RAMOS, T. B. (Coordenação científica) (2007). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal*. Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa, ISBN: 978-972-8577-40-7.

RANDOLPH, J. (2004). *Environmental Land Use Planning and Management*. Island Press, Washington.

Material a disponibilizar na plataforma de E-Learning.

## METODOLOGIA E SISTEMA DE TUTORIA

---

A metodologia seguida neste curso atenta a estabelecida no Modelo Pedagógico Virtual da UAb para formações avançadas a desenvolver em regime de *e-Learning*. A forma de trabalho utilizada neste curso compreende:

- (1) Leitura individual e reflexão sobre os conteúdos disponibilizados ou sobre temas obtidos pelos formandos;
- (2) Partilha da reflexão e do estudo entre os formandos;
- (3) o esclarecimento de dúvidas nos fóruns moderados pelos formadores-tutores;
- (4) realização das atividades propostas.

A leitura e a reflexão individuais devem acontecer ao longo de todo o processo de aprendizagem, sem as quais o formando ficaria muito limitado na sua participação nos fóruns previstos, assim como também dificilmente poderá realizar com sucesso as atividades programadas.

A aprendizagem está estruturada por Tópicos. Em cada Tópico será criado um fórum moderado pelo formador e que permanecerá aberto ao longo de todo o curso, para esclarecimento das dúvidas e das dificuldades sentidas e apresentadas pelos formandos, proporcionando assim uma possibilidade de interação permanente dos formandos entre si e com o formador.



## AVALIAÇÃO

---

As unidades curriculares do curso adotam o modelo de avaliação contínua, sendo a classificação final dos formandos o resultado do trabalho desenvolvido ao longo do semestre (nomeadamente, a participação nos fóruns e a realização de atividades de avaliação).

No final do curso, caso se verifique que há estudantes que tem **uma** (e apenas uma) unidade curricular em que não obtiveram aprovação, haverá um período especial para realizarem uma atividade final que lhes permita, caso obtenham classificação superior ou igual a 9,5 valores, concluir a formação.

Este período especial não deverá exceder as duas semanas após o término do Curso e deverá ser sempre acertado com o docente da unidade curricular.

A conclusão do curso, após aprovação em todas as unidades curriculares, é reconhecida com a atribuição de um Diploma de pós-graduado em *Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local*.

## CANDIDATURAS

---

As candidaturas ao “ **Curso de pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local** ” são feitas através de Inscrição online, com anexação, em formato digital, dos seguintes documentos:

- Certificado de habilitações
- Documento de identificação.

As atividades letivas principiam no início do 1º semestre do ano letivo de 2018-2019.

## CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

---

Estabelecem-se as seguintes condições de funcionamento para o presente curso:

- O Júri de seleção e seriação de candidatos é composto pelos professores Doutores José Sales (Presidente), Mário do Carmo e Jorge Trindade (vogais efetivos), Nuno Rolo (vogal suplente).
- O número mínimo de inscrições é fixado em 25 e o máximo em 40;
- Sempre que se justifique do ponto de vista pedagógico haverá lugar ao desdobramento de classes ou turmas virtuais;
- Excecionalmente, e perante a justificação fundamentada apresentada pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação, mediante parecer favorável do respetivo Diretor da Unidade Para a Aprendizagem ao Longo da Vida, pode ser autorizada a abertura do mesmo, com um número inferior ao previsto nos limites fixados anteriormente.



Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local



## COORDENAÇÃO

---

**José Sales** | Coordenador

Email: [jose.sales@uab.pt](mailto:jose.sales@uab.pt)

**Mário do Carmo** | Vice-Coordenador

email: [marifcarmo@gmail.com](mailto:marifcarmo@gmail.com)

## CONTACTOS PARA INFORMAÇÕES

---

**Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UALV)**

e-mail: [alv.info@uab.p](mailto:alv.info@uab.p)



Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local

## CORPO DOCENTE

---

### COORDENADORES:

---

**José Sales**

**Mário do Carmo**

**Mário do Carmo**

---

Licenciado em História (1984), concluiu o mestrado em História Regional e Local (1999) e doutorou-se em História Contemporânea (2006) pela Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras.

Foi professor na Universidade Moderna (1990-2004) nos cursos de Organização e Gestão de Empresas, Investigação Social Aplicada e Psicopedagogia Curativa; na mesma universidade, coordenou a pós-graduação em Gestão de Caça e Turismo da Natureza (2003-2004).

Foi assessor na Presidência do Conselho de Ministro (1984-2006; 2009-2012); foi assessor do Diretor-geral das Florestas (2006/2008) e na Secretaria-geral do Ministério da Justiça (2008/2009). Foi formador em diversas ações de formação; foi investigador no INA (2002/2003) e atualmente no Centro de História da Universidade de Lisboa. É autor de diversos trabalhos/artigos científicos na área da História Contemporânea.

Atualmente exerce funções na Secretaria Geral da Educação e Ciência, onde coordena o projeto de investigação “Perfis de Competências Profissionais da Secretaria-Geral da Educação e Ciência”; é gestor da Plataforma NAU - iniciativa nacional para construção e operação de uma infraestrutura técnica e operacional de suporte à publicação e dinamização de conteúdos em formato MOOC.

Na UAb, é formador e vice-coordenador da Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local.

### OUTROS FORMADORES:

---

**Pedro Nunes**

---

Agregação em Ciências Empresariais, especialidade de Gestão (2013) Doutoramento em Gestão (2003); Mestrado em Administração e Planeamento (1995); Licenciatura em Gestão; Bacharelato em Administração Autárquica. Investigador do Applied Management Research Unit (UNIAG); Professor



Pós-graduação em Gestão Autárquica e Modernização: Os Novos Desafios do Poder Local

Coordenador com Agregação da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Cargos Exercidos: Presidente do Conselho Coordenador de Avaliação do Pessoal Docente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave; Presidente do Conselho Científico; Presidente do Conselho Pedagógico; Presidente da Comissão de elaboração do Relatório sobre a Implementação do Processo de Bolonha; Diretor da Revista Científica *Tékhnē*; Membro do Conselho Científico; Membro do Conselho Pedagógico; Diretor do Departamento de Gestão; Coordenador do Grupo Disciplinar de Economia, Gestão e Administração Pública, Presidente da Comissão Especializada de Ciências Económicas e Empresariais do CCISP; Perito de Avaliação de Ciclos de Estudo (A3ES) desde Maio de 2011; Diretor do Mestrado em Gestão das Organizações; Diretor da Licenciatura em Gestão Pública; Membro de Conselho Científico de revistas científicas nacionais e internacionais; autor de publicações nacionais e internacionais; Membro de júri de dissertações e teses de mestrado e doutoramento; membro de júris de avaliação de capacidade pedagógica e científica de pessoal docente, de provas de especialista e de concursos de pessoal docente.

### Vasco Leite

---

Licenciado em Economia (2003). Doutorado em Economia, com especialização em Economia Regional, pela Universidade do Porto (2010). Atualmente exerce funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Região do Norte na Divisão de Desenvolvimento Regional, com competências na programação e avaliação dos Quadros Comunitários de Apoio. É professor convidado do ensino universitário e politécnico desde 2010, sendo membro do editorial da revista científica *Geopolitics under Globalization*. Tem artigos publicados na revista *Portuguese Economic Journal* e na *Annals of Regional Science*, e em capítulos de livros académicos. Investigador em projectos de I&D financiados pela FCT na área das Economias da Aglomeração. Júri de dissertações e de teses de mestrado na Faculdade de Economia do Porto e membro permanente em grupos de acompanhamento relativos à avaliação de políticas no âmbito do Portugal 2020. Colabora ainda na elaboração das revistas trimestrais Norte Conjuntura e Norte Estrutura, editadas pela CCDR-N, as quais retratam a evolução da economia da Região do Norte no curto e no longo prazo.



## Nuno Cunha Rolo

---

Doutorando em Políticas Públicas, (tema: políticas europeias de gestão pública, ISCTE-IUL), mestre em Administração e Políticas Públicas (tema: gestão de recursos humanos na administração pública, ISCTE-IUL) e licenciado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas, UAL). DEA em Políticas Públicas, DEA em Gestão Pública, Diploma de Especialização em Liderança e Gestão de Pessoas, Curso FORGEP (Formação em Gestão Pública), entre outros cursos de pós-graduação e formação em direito e gestão públicos, como mini-MBA em Gestão de Recursos Humanos.

Exerce funções públicas e privadas, e trabalhou em diversas instituições e organismos públicos, nomeadamente, Ministério das Finanças e Administração Pública (2000-2002), Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública (2002), Ministério da Ciência e Tecnologia (2002-2003), Assembleia da República (2003-2007), Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior (2007-2011), como técnico, consultor ou dirigente, possuindo ainda experiência profissional internacional (UE/OCDE).

## Jorge Trindade

---

Doutorado em Geografia Física pela Universidade Aberta, em 2010. Professor Auxiliar da Universidade Aberta desde 2010, no Departamento de Ciências e Tecnologia. Participação em diversos Projetos de I&D associados à dinâmica atual e passada de sistemas litorais e ao ordenamento do espaço litoral. Domínios de investigação: Geografia Física, Geomorfologia Litoral, Avaliação multirrisco e multissistema litoral, Dinâmica atual de praias, Dinâmica sedimentar litoral; Dinâmica paleoambiental de dunas, praias e estuários nos litorais da Estremadura e do SW; Técnicas de posicionamento espacial e monitorização ambiental aplicadas ao ambiente litoral. É investigador no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa na área de investigação geografia física.

## Pedro Pereira

---

Doutor em Geologia (Especialidade de Paleontologia e Estratigrafia) (2008), Mestre em Geologia Dinâmica (Área de Geologia Dinâmica Externa) (1997) e Licenciado em Geologia (1993) pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. É Professor Auxiliar na Universidade Aberta, onde leciona Geologia Geral I ; Geologia e Ambiente; Trabalhos de Campo I; Riscos Naturais; Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental; Geologia Geral II; Caracterização e Conservação do Património Geológico. Pereira, P. November, 2012. Publicações mais recentes: *Agassizia algarbiensis* Ferreira, 1962, in Smith, A. B. & Kroh, A. (editors) The Echinoid Directory. World Wide Web electronic publication. <http://www.nhm.ac.uk/research-curation/projects/echinoid-directory/>. ISI Web of Knowledge – Current Web Contents; Pereira, P. November, 2012. *Echinocardium olisiponensis* Kotchetoff, Kotchetoff & Ferreira, 1975, in Smith, A. B. & Kroh, A. (editors) The Echinoid Directory.



World Wide Web electronic publication. <http://www.nhm.ac.uk/research-curation/projects/echinoid-directory/>. ISI Web of Knowledge – Current Web Contents; Pereira, P. November, 2012. *Opissaster cotteri* de Loriol, 1896, in Smith, A. B. & Kroh, A. (editors) The Echinoid Directory. World Wide Web electronic publication. <http://www.nhm.ac.uk/research-curation/projects/echinoid-directory/>. ISI Web of Knowledge – Current Web Contents, Pereira, P. November, 2012. *Parascutella lusitanica* (de Loriol, 1896), in Smith, A. B. & Kroh, A. (editors) The Echinoid Directory. World Wide Web electronic publication. <http://www.nhm.ac.uk/research-curation/projects/echinoid-directory/>. ISI Web of Knowledge – Current Web Contents.

### **Susana Maria de Oliveira e Silva**

---

Conclui o Mestrado em Contabilidade e Auditoria, pela Universidade do Minho (2007); Licenciada em Gestão de empresas, pela Universidade do Minho; Bacharel em Contabilidade, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP).

Atualmente é Diretora de Serviços do Departamento Administrativo e Financeiro, da Universidade do Minho; ao longo da sua carreira profissional, exerceu diversos cargos públicos; tem experiência Formador no Ensino Superior, desde 2001; atualmente (ano letivo 2011-2012) está contratada pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave para lecionar as disciplinas de contabilidade Pública, contabilidade e finanças Locais e o Módulo de Auditoria Pública nos Mestrados de Auditoria e Gestão das Organizações; foi Formadora na Universidade Lusíada, Vila Nova de Famalicão, nas Unidades Curriculares de Contabilidade Pública e Contabilidade Seguradora (disciplinas semestrais).

É formadora desde 1997 em diversas entidades públicas e privadas, entre outras especialidades, sobre Auditoria e Controlo Interno, contabilidade analítica, etc. É Coautora do livro *POC-Educação - Explicado*, Edição Rei dos Livros, 2002 e do livro *Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação*, Edição de APPAP (Associação Portuguesa de Administração e Políticas Públicas), 2000.

É possuidora de uma elevada formação e valorização profissional em áreas multidisciplinares (Código de Procedimento Administrativo; fiscalidade; Políticas Públicas e dilemas da Gestão Estratégica Territorial; Auditorias da Qualidade; “Plano Oficial de Contas Público).

Participou em diversos congressos, seminários e Workshops em Administração Pública sobre “Avaliação e implementação do POCP- planos sectoriais”, “O Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação”, “Ciclo de Conferências de Contabilidade”, etc.

É membro da Equipe de Qualidade dos SASUM – Gestor de Processo, desde Janeiro 2008 para certificação dos Serviços de Ação Social, segundo a ISO 9001/2008; membro no grupo de trabalho



que elaborou a proposta que conduziu à aprovação do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC-Educação).

### **José Fontes**

---

Agregado (2009) e doutor em Ciências Políticas (2004), mestre em Direito na especialidade de Ciências Jurídico-Políticas (1998) e licenciado em Direito (1994). Professor auxiliar com agregação da Universidade Aberta e da Academia Militar. Investigador científico integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas/ISCSP (Universidade Técnica de Lisboa). Investigador do Instituto do Oriente, do CINAMIL — Centro de Investigação da Academia Militar e do Observatório Político — Plataforma de Investigação em Estudos Políticos/FCSH (Universidade Nova de Lisboa). Eleito Académico Correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (2011). Diretor do Instituto de Segurança e Defesa. Exerceu as funções de secretário-geral do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Autor de vários livros e artigos designadamente sobre Ciência Política, Direito Constitucional, Administração Pública e Direito Administrativo.

